COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-9654

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2009

OBJETO: Aquisição de material de higiene/limpeza e gêneros alimentícios

ÁREA RESPONSÁVEL: Superintendência Administrativa - Financeira (SAD)
Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG)

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

HORÁRIO: (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: **até as 11h00min do dia 18 de novembro de 2009.**
- Abertura da sessão: **a partir das 11h00min do dia 18 de novembro de 2009.**

LOCAL: http://www.comprasnet.gov.br

REGULAMENTAÇÃO BÁSICA: Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Decreto nº 5.450 de 31/05/2005; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21/07/1995, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09/01/2001; Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006; e Decreto nº 6.204/07, de 05/09/2007 (subsidiariamente).

E D I T A L

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **PORTARIA/CVM/PTE/Nº 112, de 21/10/2009**, realizarão, no dia, horário e local, acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 47/2009**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, dispostos a seguir:

- **Anexo I** - Declaração consoante o inciso XXXIII, art. 7° da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- **Anexo II** - Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- **Anexo III** – Modelo para Apresentação da Proposta e Planilha de Preços;
- **Anexo IV** - Termo de Referência do Pregão Eletrônico n° 47/2009.

1. DO OBJETO

1.1- A presente licitação, destinada **exclusivamente à participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07**, tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza/higiene e gêneros alimentícios devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo IV), parte integrante deste Edital de Pregão Eletrônico, a serem entregues nos locais e prazos discriminados no item 2.

2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1 - A entrega dos produtos deverá ser efetuada pela Adjudicatária no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho correspondente, nos seguintes endereços:

RJ Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ

SP Rua Cincinato Braga, 340 / 4º Andar
Edifício Delta Plaza – Centro - São Paulo/SP

3. DA VERIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E DA GARANTIA

3.1 - Para os itens que requerem envio de amostra, conforme tabela constante do subitem 4 do Termo de Referência (ANEXO IV), a licitante deverá apresentar a amostra no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ**.

3.1.1 - A Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), por meio do Setor de Almoxarifado e Patrimônio, promoverá a análise das amostras em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características dos produtos constantes no Termo de Referência.

3.2 – A não-apresentação da amostra no prazo previsto no subitem 3.1 ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

3.3 - Em relação aos produtos fornecidos, a ADJUDICATÁRIA se obrigará a:

3.3.1 - Substituir, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento de comunicado formal, todo e qualquer material que for

entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de sua validade.

3.3.2 - Fornecer produtos que atendam plenamente as especificações do Edital, com períodos de garantia iguais ou superiores àqueles estipulados pela legislação vigente.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do certame empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico. A presente licitação terá a **participação exclusiva de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), de acordo com o disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.204/07**.

4.2 - Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

4.3 - Estará impedida de participar da presente licitação:

a) Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
b) Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
c) Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
d) Empresa constituída em forma de consórcio;
e) Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
f) Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar.

4.4 - O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondente à aquisição, bem como alvo da liquidação da despesa.

4.5 - A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF **durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos** (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

4.6 - Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sitio http://www.comprasnet.gov.br.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sitio http://www.comprasnet.gov.br.

5.2 - O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

5.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

5.4 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio www.comprasnet.gov.br, com a descrição do objeto ofertado e o preço, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);

6.2 - O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

6.3 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.4 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).

6.5 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).

6.6 - As licitantes vencedoras deverão apresentar, no 1º dia útil subseqüente ao da sessão pública do presente Pregão Eletrônico, suas respectivas propostas de preços por escrito, que deverão:

I- Ser impressas em papel timbrado ou com aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa, não conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, ter suas páginas numeradas e serem emitidas em linguagem clara e objetiva, que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado;

II- Conter a data de emissão, bem como ser assinada na última folha e rubricada nas demais;

III- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias consecutivos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 11, inciso XXIV, do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05).

IV- Conter o **último preço ofertado** relativo ao item, incluindo todas as despesas legais ou adicionais previstas neste Edital, em reais (em algarismo e por extenso). Deverá, ainda, informar a marca do produto e o prazo de entrega (**máximo de 15 dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho).

V- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.

6.7 - A proposta escrita poderá ser enviada para o **Fax nº (21) 3554-8475** (e posteriormente ser entregue na Gerência de Compras e Serviços Gerais (GAG) à Rua Sete de Setembro, 111, 28º andar, CEP: 20159-900 – Centro - Rio de Janeiro).

6.8 - Não serão consideradas propostas com alternativas, devendo as licitantes se limitar às especificações deste Edital.

6.9 - O valor estimado para a aquisição consta do Termo de Referência, **Anexo IV** do presente Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

7.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05).

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR TOTAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

7.4 - No que se refere aos lances, os licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

7.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

7.6 - Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

7.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).

7.8 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

7.9 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).

7.10 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinicio somente após comunicação aos participantes, no sítio www.comprasnet.gov.br (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).

7.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).

7.12 - O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).

7.13 - Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).

8.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº10.520, de 17/07/2002).

8.3 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento e as especificações definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

8.4 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).

8.5 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 - Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do **Fax (21) 3554-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48(quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).

9.2 - Após a aceitação, a licitante deverá apresentar a amostra citada no subitem 3.1, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ**.

9.2.1 - A Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), por meio do Setor de Almoxarifado e Patrimônio, promoverá a análise das amostras em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características do produto constantes no Termo de Referência.

9.3 - A não-apresentação da amostra no prazo previsto no subitem 9.2 ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.4 - Além da entrega da amostra citada no subitem 9.2, as licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

9.4.1 - Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475,** de documentos que comprovem a regularidade fiscal, observado o estabelecido no §1º do Artigo 4º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007.

9.4.2 - Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo fornecido pela CVM (Art. 13, inciso V, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05), **Anexo I** deste Edital. Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

9.4.3- Apresentação de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa nº 02/2009 do MPOG, **conforme modelo do Anexo II**. Tal declaração deverá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.4.4 - Apresentação de planilha de preços da proposta vencedora, em papel timbrado da licitante, **conforme Modelo de Apresentação de Proposta e Planilha de Preços (Anexo III deste Edital)**. Tal documentação poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

9.4.5 - Apresentação de original ou cópia autenticada de 1 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu, sem qualquer restrição, materiais de natureza semelhante aos ora licitados (pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). Preferencialmente, o atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. Tal atestado poderá ser enviado através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

9.4.6 - Apresentar declaração em papel timbrado da licitante, informando que o produto ofertado está de acordo com o Instrumento Convocatório,

especialmente no que diz respeito às especificações do produto a ser fornecido.

9.5 - Nos casos das microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar 123/2006).

9.5.1- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.5.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.6 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.7 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).

9.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 - Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço pregoeiro@cvm.gov.br (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05). A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.

10.2 - Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). Os pedidos de impugnação deverão ser encaminhados, via internet, para o endereço pregoeiro@cvm.gov.br**.** A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do

prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.

10.3 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).

10.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

11. DO RECURSO

11.1 - A manifestação de interpor recurso será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.

11.2 - As razões recursais deverão ser apresentadas exclusivamente pelo sistema no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 11, XVII do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

11.4 - As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 11.2 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

11.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

11.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 11, XX do Decreto nº 3.555/00 e Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).

11.7 - É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.

11.8 - Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

12. DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será realizado em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento dos materiais, sendo efetuado com a contra-apresentação da respectiva fatura, mediante depósito na conta-corrente da ADJUDICATÁRIA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a adjudicatária ficará sujeita ás sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.

12.2 - A Nota Fiscal / Fatura deverá ser encaminhada ao fiscal definido no subitem 17.1, designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

12.3 - Caberá ao fiscal, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, nela atestar o recebimento do material e seu atendimento às especificações constantes do Instrumento Convocatório, verificando o cumprimento pela ADJUDICATÁRIA de todas as condições pactuadas, inclusive quanto ao preço cobrado. Em seguida, remeterá a referida Nota Fiscal/Fatura para a Gerência de Contabilidade e Finanças (GAF), para fins de liquidação da despesa e pagamento.

12.4 - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo fiscal à ADJUDICATÁRIA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CVM.

12.5 - Nenhum pagamento será efetuado à ADJUDICATÁRIA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores)

12.6 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95.

12.7 - No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a ADJUDICATÁRIA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, serão calculados por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$$\boxed{EM = I \times N \times VP}$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \qquad I = \frac{6/100}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

13. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas correrão à conta do Elemento de Despesa 33.90.30 - Programa de Trabalho 04.122.0778.2272.0001

14. DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

14.1 - Fica dispensado o Termo de Contrato, em conformidade com o § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, passando a ter força de contrato:

a) a proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;

b) o presente Edital e seus anexos;

c) a Nota de Empenho correspondente.

14.2 - A ADJUDICATÁRIA deverá retirar a Nota de Empenho correspondente em até 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

14.3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15.1 - A ADJUDICATÁRIA se obriga a:

a) Não transferir a terceiros as obrigações assumidas, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada sem o prévio consentimento por escrito da CVM;

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);

c) Solicitar à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), os esclarecimentos necessários para o regular fornecimento e entrega do objeto;

d) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, a ADJUDICATÁRIA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93);

e) Efetuar a entrega dos materiais dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, arcando com todos os custos necessários para tal;

f) Efetuar a troca imediata dos produtos que não obedecerem às características estabelecidas no Instrumento Convocatório ou que apresentarem problemas de funcionamento dentro do prazo de validade.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM

16.1 - A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a ADJUDICATÁRIA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Edital.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações será exercida por servidor designado pela CONTRATANTE, denominado doravante FISCAL, e outro servidor designado FISCAL SUBSTITUTO, ambos lotados na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), Setor de Almoxarifado e Patrimônio, bem como devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD). Ao FISCAL competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do Contrato, e de tudo dará ciência diretamente à ADJUDICATÁRIA, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

17.2 - As faltas cometidas pela ADJUDICATÁRIA deverão ser devidamente registradas no Processo pelo FISCAL, que providenciará o envio de notificação à ADJUDICATÁRIA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos necessários. O FISCAL deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação das sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

17.3 - Caberá à ADJUDICATÁRIA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo FISCAL ou por seu substituto.

17.4 - A ADJUDICATÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02).

17.5 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento prestado em desacordo com a Proposta apresentada, e aprovada pela CVM.

18. DAS PENALIDADES

18.1 - Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

18.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ADJUDICATÁRIA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) advertência;
b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor da Proposta;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/2002).

18.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.3 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital acarretará à ADJUDICATÁRIA, independentemente das sanções previstas no subitem 18.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor da Proposta (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

18.3.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86,§1º da Lei nº 8.666/93).

18.4- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

18.5 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo

inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o prévio direito da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 14 do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/02).

18.6 - As penalidades previstas na Legislação serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais (art. 28, caput, e parágrafo único do Decreto nº 5.450/2005).

19. DA RESCISÃO

19.1 - A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

19.2- A rescisão do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

19.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

20. DO DIREITO DE PETIÇÃO

20.1 - Dos atos da Administração cabem:

I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

20.2 - A intimação dos atos referidos no subitem 20.1, inciso I, alíneas "a" e "b" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

20.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

20.4 - Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

20.4.1 - Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

20.5- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - A relação entre a ADJUDICATÁRIA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto licitado, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.

21.2 - A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado da Nota de Empenho (art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

21.3 - O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta,

mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (Art. 18 do Decreto nº 3.555/00 c/c Art. 14 do Decreto nº 3.697/00, Art. 29 do Decreto nº 5.450/05).

21.4 - Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do compromisso assumido (art. 18 do Decreto nº 3.555/00, Art. 29, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 5.450/05).

21.5 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

21.6 - O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

21.7 - Após o envio da documentação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e às propostas, salvo quando se tratar:

(a) de simples omissão não conflitante com os termos do Edital e com a lisura da competição;

(b) juntada de documentos decorrente de diligências promovidas pela CVM, conforme disposto no subitem 21.8.

21.8 - É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório, inclusive solicitar ao licitante vencedor a apresentação de amostras, protótipos, manuais, de forma a verificar a ocorrência de ajustes dimensionais, sem que se descaracterize o objeto licitatório (art. 43,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

21.9 - Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.

21.10 A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.

21.11 Os esclarecimentos referentes ao presente Edital serão fornecidos pela Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM.

21.12 Os esclarecimentos prestados a qualquer um dos proponentes ficarão à disposição dos demais interessados até as 16:00 horas do dia anterior ao previsto para a realização da sessão.

21.13 As dúvidas quanto à interpretação dos termos do presente Edital deverão ser encaminhadas e apontadas à CVM, através do respectivo pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico pregoeiro@cvm.gov.br, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (Art. 19, do Decreto 5.450/05).

21.14 Qualquer modificação no Edital será divulgado no mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas (Art. 20, do Decreto 5.450/05).

21.15 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

21.16 Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.

21.17 Havendo indícios ou evidências materiais de práticas licitatórias criminosas, a CVM noticiará o Ministério Público Federal.

21.18 Para dirimir as questões decorrentes do ajuste resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02).

21.19 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 04 de novembro de 2009.

_____
Andrícia Bevace
Gerente de Compras e de Serviços Gerais

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-9654

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2009

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Rio de Janeiro, de 2009.

_____

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

_____

Razão Social da licitante e CNPJ

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-9654

PREGÃO Nº 47/2009

ANEXO II

DECLARAÇÃO

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da licitante)** doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no item 8.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 47/2009, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 47/2009 foi elaborada de maneira independente pelo LICITANTE, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 47/2009 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº 47/2009 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 47/2009, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 47/2009 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 47/2009 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 47/2009 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 47/2009 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CVM – Comissão de Valores Mobiliários antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ___ de _____ de _____

_____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-9654

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2009

ANEXO III

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E PLANILHA DE PREÇOS

Rio de Janeiro,.....de.....de 2009

À Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2009**, cujo objeto é a aquisição de materiais de higiene / limpeza e gêneros alimentícios devidamente caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo IV), parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO: FONE: FAX:

NOME DO BANCO: Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA: Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL: CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2009**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ

_____

Assinatura

NOME :
CARGO:
RG :

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2009-9654

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2009

ANEXO III

Modelo de Planilha de Preços

Nº do Item do Pregão	Especificação do Produto a ser fornecido	Marca/Modelo	Quantidade	Valor Total (R$)

PROCESSO DE COMPRAS N.º RJ-2009-9654

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2009

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria **CVM/PTE/Nº 160, de 12/12/2008**, realizarão, no dia e horário indicados no Edital, o **Pregão Eletrônico nº 47/2009**.

1 – OBJETO:

Aquisição de materiais de higiene / limpeza e gêneros alimentícios devidamente descritos, caracterizados e especificados no item **4** deste Termo de Referência.

2 – PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA:

Prazo de entrega máximo de **15 (quinze) dias consecutivos** após o recebimento da Nota de Empenho pela ADJUDICATÁRIA, nos seguintes locais, de acordo com a indicação de cada item na tabela do item 4 (especificação dos itens):

RJ **Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar**
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ

SP **Rua Cincinato Braga, 340 / 4º Andar**
Edifício Delta Plaza – Centro - São Paulo/SP

3 – JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

Reposição do estoque do Almoxarifado com o material solicitado, a fim de garantir o atendimento da demanda interna da CVM, conforme análise prévia de consumo e solicitação do setor responsável.

4 – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

Item	Especificação	Unidade	Quant. SP	Quant. RJ	Amostra	Estimativa R$
1	Adoçante Dietético líquido, 100 ml, a base de sacarina sódica e ciclanato de sódio, com validade mínima 2 (dois) anos no ato da entrega.	Unidade	24		Não	74,40
2	Adoçante Dietético líquido, 100 ml, a base de sacarina sódica e ciclanato de sódio, com validade mínima 2(dois) anos no ato da entrega.	Unidade		300	Não	930,00
3	Açúcar refinado, de 1ª qualidade, de acordo com NTA-53 em pacote de 1 kg, com validade mínima de 12 meses no ato da entrega.	Pacote	520		Não	1.161,33
4	Açúcar refinado, de 1ª qualidade, de acordo com NTA-53 em pacote de 1 kg, com validade mínima de 12 meses no ato da entrega.	Pacote		1800	Não	4.020,00
5	Café torrado em grãos, pacote contendo 1 quilo. A qualidade do produto deverá ser comprovada através de laudo técnico de análise efetuado por laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde, datado de últimos 180 dias, de acordo com os padrões de avaliação determinados RDC 277 de 22/09/05 ANVISA/MS, com validade mínima de 1(um) ano no ato da entrega.	Pacote		50	Não	1.050,00
6	Café torrado e moído, acondicionado em embalagem a alto vácuo, pacote contendo 500 gramas a qualidade do produto deverá ser comprovada através de laudo técnico de análise efetuado por laboratório credenciado junto ao ministério da Saúde, datado dos últimos 180 dias, de acordo com os padrões de avaliação determinados RDC 277 de 22/09/05 ANVISA/MS, com validade mínima de 1(um) ano no ato da entrega.	Pacote	300		Não	1.480,00
7	Café torrado e moído, acondicionado em embalagem a alto vácuo, pacote contendo 500 gramas a qualidade do produto deverá ser comprovada através de laudo técnico de análise efetuado por laboratório credenciado junto ao ministério da Saúde, datado dos últimos 180 dias, de acordo com os padrões de avaliação determinados RDC 277 de 22/09/05 ANVISA/MS, com validade mínima de 1(um) ano no ato da entrega.	Pacote		2500	Não	12.333,33
8	Cesto de lixo para uso em copa, confeccionado em plástico reforçado, cinza clara, com tampa vai-vem, em formato redondo, para uso de sacos plásticos de 10 litros.	Unidade		30	Não	723,60
9	Cesto de lixo de alta durabilidade, impermeável, não inflamável, capacidade mínima para 11 litros.	Unidade		20	Não	339,75
10	Copo plástico para água, cor branco de 200 ml, embalados em pacotes de 100 unidades, acondicionados em caixa contendo 3.000 copos (30 pacotes), de excelente qualidade, em conformidade com a norma da ABNT NBR nº 14.865/02.	Caixa	45		**Sim**	2.654,44
11	Copo plástico para café, cor branco de 50 ml, embalados em pacotes de 100 unidades, acondicionado em caixa contendo 5.000 copos (50 pacotes), de excelente qualidade, em conformidade com a norma da ABNT NBR nº 14.865/02.	Caixa	25		**Sim**	1.042,50
12	Esponja dupla face, sendo uma de espuma de poliuretano com bactericida e a outra de fibra sintética com abrasivo, tamanho mínimo 110x75x20mm.	Unidade	60		Não	43,50
13	Flanela na cor ouro, medindo aproximadamente 28 x 38 cm, 100% algodão, de excelente qualidade.	Unidade		50	Não	41,63

Item	Especificação	Unidade	Quant. SP	Quant. RJ	Amostra	Estimativa R$
14	Forro protetor para assento sanitário, 100% celulose, solúvel em água, acondicionado em caixas, com 40 folhas de 45 x 38 cm. Compatível com dispensers da marca Velux.	Caixa	200		Não	1.069,50
15	Forro protetor para assento sanitário, 100% celulose, solúvel em água, acondicionado em caixas, com 40 folhas de 45 x 38 cm. Compatível com dispensers da marca Velux.	Caixa		300	Não	1.604,25
16	Pano de prato, medindo aproximadamente 40 x 70 cm, embalado, 100% algodão.	Unidade	15		Não	24,38
17	Pano de prato, medindo aproximadamente 40 x 70 cm, embalado, 100% algodão.	Unidade		50	Não	81,25
18	Sabonete líquido – cremoso – branco perolizado, neutro, à base de ácidos graxos, fórmula hidratante, hipoalérgico, registro na ANVISA/MS bombona contendo 5 litros.	Bombona	16		Não	211,68
19	Sabonete líquido – cremoso – branco perolizado, neutro, à base de ácidos graxos, fórmula hidratante, hipoalérgico, registro na ANVISA/MS bombona contendo 5 litros.	Bombona		150	Não	2.130,86
20	Papel Higiênico ultra-branco, neutro, folha dupla, extra macio, 100% celulose, embalagem com 4(quatro) rolos de 30m x 10 cm, fardo contendo 64 rolos fornecer amostra.	Fardo	60		**Sim**	3.206,70
21	Lava-louças gel antibactericida, frascos de no mínimo 500g, bico dosador.	Unidade	60		Não	122,85
22	Lava-louças gel antibactericida, frascos de no mínimo 500g, bico dosador.	Unidade		480	Não	982,80
23	Toalha de papel, interfolhada, ultra macia, cor branca, 100% celulose, embalado em saco plástico com aproximadamente 400 folhas, medindo 23x22,5 cm acondicionados em caixa contendo 4.800 folhas, excelente qualidade, fornecer amostra.	Caixa	150		**Sim**	7.200,00

5 – <u>AMOSTRAS</u>:

5.1 - Para os itens que requerem envio de amostra, conforme tabela constante do subitem 4 deste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar a amostra no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**. **Todas as amostras deverão ser entregues na Sede da CVM, Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Sete de Setembro, 111 / 25º Andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ**.

5.1.1 - A Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), por meio do Setor de Almoxarifado e Patrimônio, promoverá a análise das amostras em um prazo de até **03 (três) dias úteis** após seu recebimento. A verificação será realizada a fim de atestar sua compatibilidade com as especificações exigidas no Edital, de acordo com as características do produto constantes do subitem 4 deste Termo de Referência.

5.2 - A não-apresentação da amostra no prazo previsto no subitem 5.1 ou a não-conformidade com as características exigidas no Termo de Referência implicará a desclassificação da LICITANTE e o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

5.3 - Em relação aos produtos fornecidos, a ADJUDICATÁRIA se obrigará a:

5.3.1 - Substituir, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento de comunicado formal, todo e qualquer material que for entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de sua validade.

5.3.2 - Fornecer produtos que atendam plenamente as especificações do Edital, com períodos de garantia iguais ou superiores àqueles estipulados pela legislação vigente.

6 – <u>VALOR ESTIMADO PARA A AQUISIÇÃO</u>:

O valor total estimado para a aquisição é de **R$ 42.528,75 (quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos).**